

INVESTIGANDO AS PUBLICAÇÕES SOBRE TRANSPARÊNCIA ELETRÔNICA EM REVISTAS NACIONAIS

TRANSPARENCY OF ELECTRONIC PUBLICATIONS IN NATIONAL JOURNALS

Fabiano Maury Raupp¹
Robson Zuccolotto²

Recebido em: 20/08/2014
Aceito em: 19/08/2015

fabianoraupp@hotmail.com

Resumo: Para investigar as publicações sobre transparência eletrônica em periódicos nacionais com Qualis-CAPES, foi realizada uma pesquisa exploratória, por meio de um estudo bibliométrico, com abordagem quantitativa. Dos poucos artigos identificados, identificou-se uma concentração de publicações em 2008, 2009 e 2011. Uma segunda concentração observada refere-se ao número de artigos em Revistas A2, com destaque, como era de se esperar em razão da linha editorial, para a Revista de Administração Pública, com sete artigos. Embora também tenha se observado uma concentração de artigos em relação à autoria dos trabalhos, essa concentração não guarda relação com as revistas com o maior número de artigos publicados, ou seja, os autores que mais publicaram não concentraram suas publicações nas revistas com o maior número de artigos. No que se refere aos autores e trabalhos mais referenciados, as constatações aqui realizadas ratificam as ocorrências de temas utilizados na construção do referencial dos artigos. Os temas mais utilizados na construção do referencial dos artigos foram governo eletrônico e transparência. Em relação ao governo eletrônico, fica evidente a presença de duas perspectivas: restrita e ampliada. No tocante à transparência, observou-se o uso constante do termo para fundamentar as exigências do ponto de vista legal. A partir da leitura dos artigos, verificou-se que poucos são os estudos que deixam explícitas as teorias de base utilizadas para dar sustentação ao objeto de investigação.

Palavras-chave: Publicações. Transparência eletrônica. Periódicos nacionais.

Abstract To investigate the transparency of electronic publications in national journals ranked in the Qualis-CAPES, was held an exploratory research through a bibliometric study with a quantitative approach. From the few articles identified, we identified a concentration of publications in 2008, 2009 and 2011. A second observed concentration refers to the number of articles in Journals A2, with emphasis for the Revista de Administração Pública, with seven articles. This concentration was expected because of the editorial line of this journal. Although it has been observed a concentration of articles regarding the authorship of the papers, this concentration is not related to the journals with the largest number of published papers. In other words, authors who have published more no concentrated their publications in journals with the highest number of papers. Concerning to the authors and more referenced papers the findings confirm the occurrences of subjects used in the construction of background of the papers. The most used themes in building the framework of the articles were e-government and transparency. In relation to e-government, it is evident the presence of two perspectives: restricted and expanded. With regard to transparency, there was the constant use of the term to support the requirements from the legal point of view. From reading the articles, the few that there are studies that make explicit the basic theories used to give support to the investigation.

Keywords: Publications. Electronic transparency. National journals.

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – Florianópolis – Santa Catarina - Brasil

² Universidade Federal de Viçosa – UFV – Viçosa – Minas Gerais - Brasil

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o debate sobre transparência tem atraído considerável atenção de diversas áreas de conhecimento como administração, ciência política, economia e negócios, administração pública, direito, contabilidade etc. Além disso, muitos cientistas estão cada vez mais conscientes da importância desse tema e do seu potencial poder explicativo, uma vez que consideram que a transparência é a pedra angular para a consolidação democrática e para o equilíbrio de mercado, podendo contribuir para redução da corrupção no espaço público e de tornar as relações, entre o Estado e a sociedade civil, mais democráticas (PINHO; SACRAMENTO, 2004).

A preocupação com a incapacidade do eleitorado em punir os políticos que se envolvem em corrupção e outras formas de conduta ilegal impulsionaram as discussões em torno da transparência na gestão pública (FOX, 2007), visto que dissipa a opacidade, principal refúgio da corrupção, ineficiência e incompetência. A sociedade brasileira, ainda que de forma incremental, vem desenvolvendo, desde a redemocratização, arranjos institucionais e formas de articulação entre Estado e sociedade, incluindo mecanismos de transparência (SCHOMMER, DAHMER, SPANIOL, 2014). Todavia, em razão da importância atribuída à transparência e por seu uso em diversas áreas de conhecimento, o uso do termo tem sofrido abusos que demandam atenção. (GRIGORESCU, 2003, MICHENER E BERSCH, 2011).

A transparência, no contexto da *accountability*, é condição necessária, embora não suficiente, para a responsabilização política dos governantes, com destaque para o fato de que o debate sobre a *accountability* cresceu na década passada e tem produzido desdobramentos conceituais importantes (LOUREIRO, TEIXEIRA, PRADO, 2008). Da mesma forma que a *accountability*, Michener e Bersch (2011) entendem que a transparência tem atraído atenção porque o termo oferece um conceito ambivalente, com polos positivos e normativos. Ainda para os autores, a palavra tem inspirado uma infinidade de adjetivos e frases inteligentes e um grande volume de pesquisas investigam suas causas, efeitos, limites e eficácia. Essa efervescência acadêmica, no entanto, não tem sido sustentada por qualquer entendimento coletivo do significado de transparência, muito menos por qualquer debate sobre o que constitui, ou não, a transparência, e sobre como proceder para avaliar a sua qualidade.

Muitos estudiosos escolhem o caminho mais simples, adotando definições estilizadas de transparência, ou assumem a postura de que reconhecem a transparência quando ela é vista (MICHENER E BERSCH, 2011). As pessoas falam sobre as coisas que são "semitransparentes" ou "totalmente transparentes", mas não é exatamente claro o que elas significam. Em suma, os estudiosos não têm convergido para um termo que estabeleça parâmetros ou medidas como os teóricos da democracia, por exemplo, têm feito com o termo "democracia" (DAHL, 1971; PRZEWORSKI, 1999) e, esta omissão não só deixa uma lacuna crítica na literatura, como leva a transparência a um alongamento conceitual e a um neologismo impreciso e incomunicável.

Buscando conhecer um determinado campo do conhecimento, a Ciência Contábil começou, nos últimos anos, a perceber a importância da ciência da informação e, conseqüentemente, dos estudos bibliométricos e, desde o trabalho pioneiro de Riccio, Sakata e Carastan (1999) diversos

trabalhos têm sido produzidos utilizando essa metodologia, entre os quais se pode destacar: Mendonça Neto et al. (2004); Martins e Silva (2005); Cardoso et al. (2005); Leite Filho (2006); Theóphilo e Iudícibus (2007); Murcia e Borba (2008); e Espejo et al. (2009).

Desta forma, torna-se relevante conhecer o que a academia brasileira tem produzido em relação à transparência, permitindo economia de tempo e custo por pesquisadores no campo e, além disso, permitindo dispor-se de uma distribuição que informe sobre o número de autores, trabalhos, revistas que existem em cada categoria de produtividade, principais conceitos utilizados ou o que mais deseja saber (PRICE, 1976). Para tanto, considerando-se a importância da transparência na consolidação democrática e dispondo das ferramentas bibliométricas elaboradas pela ciência da informação, esse trabalho tem por objetivo investigar as publicações sobre transparência eletrônica em revistas nacionais com Qualis-CAPES. De forma mais específica, busca-se identificar: a quantidade de artigos publicados em cada ano; os periódicos que mais publicaram sobre o tema; efetividade de leis bibliométricas; universidades que lideram as pesquisas sobre o tema; as obras mais utilizadas como referência nestes artigos; e os temas utilizados na construção do referencial dos artigos.

O artigo está estruturado em seis seções. Nesta primeira, são discutidas as considerações iniciais. Nas duas próximas seções são apresentados, respectivamente, os fundamentos teóricos da pesquisa e uma breve descrição de estudos anteriores que trataram de objetos empíricos semelhantes. Os fundamentos teóricos cobrem, principalmente, os conceitos de governo eletrônico e transparência, sendo os temas mais recorrentes na revisão teórica dos artigos objeto de estudo. Na quarta seção abre-se espaço para descrever os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa. Dedicar-se a sexta seção para as conclusões do estudo.

2. GOVERNO ELETRÔNICO

O termo “governo eletrônico” tornou-se popular no Brasil no final dos anos 90, sendo associado, de um lado, a movimentos de reforma do Estado e emergência de temas como *accountability* e transparência e, de outro, ao surgimento de novas tecnologias na área da informática que permitiram a criação de sistemas de informação mais abrangentes, com a conseqüente expansão da oferta de serviços públicos ao cidadão pela internet (CUNHA, SANTOS, 2005; PRADO, LOUREIRO, 2006).

Para Ruediger (2002), o termo governo eletrônico tem foco no uso das novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo e, em especial, deste para com a sociedade. Pode-se pensar nas seguintes relações sustentadas pelo governo eletrônico: 1) aplicações *web* com foco para o segmento governo-negócio (G2B); 2) aplicações *web* voltadas para a relação governo-cidadão (G2C); e 3) aplicações *web* referentes a estratégias governo-governo (G2G). Além de promover essas relações em tempo real e de forma eficiente, poderia ainda ser potencializador de boas práticas de governança e catalisador de mudanças nas estruturas de governo, proporcionando mais eficiência, transparência e desenvolvimento, além do provimento democrático de informações para decisão. Em 2002, o autor já pressupunha que a efetivação do seu

potencial dependeria das decisões e desenhos de diversas políticas de médio e longo prazo delineadas nos próximos anos para esse campo.

Muito embora esteja marcado na sua fase atual pelo desenvolvimento de sistemas relativos ao provimento de serviços, o governo eletrônico aponta também, ainda de forma subjacente, uma possibilidade de extensão da esfera do Estado propícia a uma maior permeabilidade à cidadania, decorrente do caráter intrínseco na atividade de governo do componente político de sua ação. Nesse sentido, pode-se dizer que seria uma simplificação considerar o governo eletrônico apenas como um mecanismo de oferta de serviços pontuais a “clientes”, sem considerar que o provimento de serviços pelo Estado é inexoravelmente um bem público, relativo ao “cidadão”, influenciado em seu desenho por percepções também políticas, o que pode levar a constantes transformações e interpenetrações das esferas pública e privada, pois influenciado por processos sociais (RUEDIGER, 2002).

Em termos de institucionalização, Medeiros e Guimarães (2006) afirmam que a institucionalização da política de e-gov no Brasil deve ter sua continuidade ao longo do tempo para que se institucionalize, mesmo com as mudanças de governo, que sua estrutura legal seja constantemente aprimorada e que o tema passe a ser discutido de uma forma mais ampla entre os atores institucionais. O principal empecilho ao progresso da institucionalização do e-gov seria a falta de uma instância de coordenação centralizada sobre o orçamento público no programa de governo eletrônico, capaz de negociar com a área econômica do Poder Executivo os recursos a serem nele empregados. Anos mais tarde, Laia et al. (2011) também investigaram a institucionalização do governo eletrônico, sendo que as conclusões apontam para a baixa institucionalização das políticas de e-gov. O desenho institucional do governo eletrônico brasileiro limita a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na prestação de serviços públicos integrados, na ampliação de participação e transparência, e no aprimoramento de políticas públicas. Apesar das TIC estarem presentes, em maior ou em menor grau, no processo de implantação de políticas, ainda não houve avanço no Brasil no sentido de alcançar sua formulação, o que viria a refletir, no futuro, uma participação efetiva da sociedade e conseqüente aprimoramento da democracia e fortalecimento da cidadania (ALONSO, FERNEDA, BRAGA, 2011).

Infere-se que o governo eletrônico demonstra, além da disponibilização de serviços à sociedade, possibilidades de uma aproximação entre o cidadão e o ente governamental, contribuindo, em tese, para uma maior democratização dos processos, expressa pela *accountability* (RAUPP, PINHO, 2011). Embora seja ampla a literatura referente às possibilidades trazidas pelas novas tecnologias de informação, chama à atenção a ausência de trabalhos com foco na relação entre governo eletrônico e transparência. Se há afirmações freqüentes relativas aos impactos da implantação de governos eletrônicos sobre a transparência governamental, e conseqüentemente a *accountability*, são poucas as considerações sobre como o governo eletrônico pode levar a tais resultados (PRADO, LOUREIRO, 2006).

Assim como as iniciativas na área de governo, os estudos sobre governo eletrônico vêm se desenvolvendo com grande velocidade. A compreensão das principais variáveis que determinam o sucesso ou fracasso das iniciativas é importante para estruturar o grande volume de informação existente e possibilitar a análise e estudo da história do governo eletrônico no Brasil (DINIZ et al.,

2009). Tais considerações estão profundamente imbricadas à questão da transparência, o que demanda não só um papel democrático do governo, mas, também, uma capacidade política da sociedade civil (PINHO, 2008).

3. TRANSPARÊNCIA

A difusão da informação pública se constitui em uma das condições fundamentais para o êxito do ciclo da *accountability*, pois se os cidadãos tiverem informações incompletas sobre as ações do poder público, enfrentarão dificuldades na avaliação dos seus governantes. É nessa perspectiva que as ferramentas do e-gov devem ser utilizadas para que a sociedade seja sempre municiada de informações sobre como a coisa pública está sendo gerida. Nesse processo, cumpre destacar o papel do ente governamental no que se refere à transparência na administração pública (ZURRA, CARVALHO, 2008). O governo eletrônico não deve ser visto apenas como a introdução dos dispositivos da TIC, cada vez mais aperfeiçoados e sofisticados, mas também como compromisso de transparência por parte dos governos. Em outras palavras, as TIC contêm um enorme potencial democrático, mas desde que haja definição política no sentido da transparência (PINHO, IGLESIAS, SOUZA, 2005). Uma das funções principais do governo eletrônico é a transparência, o qual utiliza a ferramental da TIC, em especial a internet, para informar o cidadão acerca das ações que o órgão está desenvolvendo e quanto de recursos, sejam eles materiais, humanos ou financeiros, estão sendo despendidos para a consecução dos objetivos deste órgão (ZURRA, CARVALHO, 2008).

Buscar transparência significa desenvolver mecanismos que permitam à sociedade ter o conhecimento oportuno das ações adotadas pelos governantes, das políticas implementadas e dos recursos mobilizados (ALBUQUERQUE, MEDEIROS, 2006). A transparência compreende ações que visam reduzir a assimetria informacional entre os gestores públicos e os cidadãos, através da evidenciação das atividades dos gestores públicos. Todavia, a sociedade precisa verificar a integridade das informações repassadas pelos gestores, a fim de evitar comportamentos “oportunistas” destes gestores (SUZART, 2010). A transparência tem como objetivo garantir a todos os cidadãos, individualmente, por meio de diversas formas em que costumam se organizar, acesso às informações que explicitam as ações a serem praticadas pelos governantes, as em andamento e as executadas em períodos anteriores, com ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos (SILVA, 2008).

No contexto da transparência fiscal, isso significa a possibilidade do acompanhamento claro e transparente, da execução orçamentária e das finanças públicas. No entanto, ressalta-se que dar publicidade não significa necessariamente ser transparente e, nesse sentido, Michener e Bersch (2011) destacam que a transparência pode ser entendida em duas dimensões: visibilidade e inferabilidade. Em linhas gerais, a transparência fiscal se refere ao conjunto das atividades fiscais e financeiras do governo, que compreendem o manejo do orçamento público (receitas e despesas), a administração dos resultados orçamentários e da dívida pública, explicitando-lhes os objetivos, intenções, metas e resultados, além de apresentar com clareza as funções do governo e das estruturas destinadas a cumpri-las (PIRES, TIBALI, SOUZA, 2010).

Segundo o Código de Boas Práticas do Fundo Monetário Internacional (2007), a transparência fiscal deve ser o resultado das seguintes ações: *I. Definição clara de funções e responsabilidades*: o setor de governo deve ser distinguido do resto do setor público e do resto da economia e, dentro do setor público, as funções de política e de gestão devem ser bem definidas e divulgadas ao público; a gestão das finanças públicas deve inscrever-se num quadro jurídico, regulatório e administrativo claro e aberto. *II. Abertura dos processos orçamentários*: a elaboração do orçamento deve seguir um cronograma pré-estabelecido e orientar-se por objetivos de política fiscal e macroeconômica bem definidos; devem ser instituídos procedimentos claros de execução, monitoramento e declaração de dados do orçamento. *III. Acesso público à informação*: o público deve ser plenamente informado sobre as atividades fiscais passadas, presentes e programadas e sobre os principais riscos fiscais; as informações fiscais devem ser apresentadas de uma forma que facilite a análise de política econômica e promova a responsabilização. *IV. Garantias de integridade*: as informações fiscais devem satisfazer normas aceitas de qualidade de informações; as atividades fiscais devem seguir procedimentos internos de supervisão e salvaguarda; as informações fiscais devem ser objeto de escrutínio externo.

No Brasil, o marco legal instituído sobre o assunto também define ações para o exercício da transparência. Neste caso, o conceito é associado à gestão fiscal dos recursos públicos. O art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF define que a responsabilidade na gestão fiscal “pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições”. Para o art. 48 da LRF, são instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Ainda de acordo com o art. 48, deverá ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos instrumentos citados (BRASIL, 2000).

Para Cruz et al. (2010), a transparência da gestão fiscal no Brasil, a partir da LRF passou a ser uma exigência legal, que pode ser periodicamente acompanhada e fiscalizada pelos órgãos competentes, assim como pela população. Porém, uma gestão pública transparente vai além da divulgação dos instrumentos de transparência fiscal, mas estende-se à concretização do conceito de *accountability*, quando possibilita que os cidadãos acompanhem e participem efetivamente dos atos da administração pública que causam impactos em toda a sociedade.

A Lei da Transparência, em seu art. 1º, ampliou os instrumentos definidos pelas LRF, definindo que a transparência também será assegurada mediante: I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União (BRASIL, 2009).

A Lei de Acesso à Informações também ampliou as exigências sobre o exercício da transparência, definido que a divulgação das informações sobre a gestão fiscal deverá contemplar, no mínimo: "(...) II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; VI – respostas a perguntas mais frequentes da sociedade". Conforme a Lei de Acesso a Informações Públicas, na divulgação de informações acerca dos atos praticados pelos administradores públicos, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) (BRASIL, 2011).

4. ESTUDOS ANTERIORES

A bibliometria, originária da biblioteconomia, tem sido amplamente utilizada por diversas áreas do conhecimento para medir e avaliar o conhecimento científico e, de acordo com Fonseca (1986), é uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico. Essa técnica tem sido bastante utilizada por pesquisadores brasileiros nos últimos anos visando identificar o estado da arte das pesquisas em diversas áreas de conhecimento. São apresentados na sequência alguns estudos que, além de utilizarem as técnicas da bibliometria, são pertinentes à área de ciências sociais aplicadas.

Fadul, Silva e Cerqueira (2011) realizaram uma análise do campo da Administração pública utilizando a produção científica publicada nos anais do Encontro de Administração Pública e Governança (EnAPG), explicitando o que ela traduz e indica a respeito do campo. Os resultados mostram uma variedade de assuntos abordados, mas indicam que essa produção não parece se desenvolver de modo contínuo e sistemático sobre determinados conceitos, recortes teóricos ou objetos de pesquisa. Indicam a ausência de discussão e aprofundamento teóricos mais efetivos, lançando uma preocupação sobre o futuro do campo, pois as discussões realizadas nos trabalhos analisados parecem não contribuir para o seu fortalecimento, ao contrário, tornam-no frágil, indefinido e dependente de outros campos.

Roza, Machado e Quintana (2011), em contexto mais específico, investigaram a produção científica sobre Contabilidade Pública no EnAPG e na Revista de Administração Pública (RAP) no período 2004-2009. Na amostra de artigos publicados nos anais do EnAPG e na RAP, a análise do estudo bibliométrico apresentou sinteticamente os seguintes resultados: os pesquisadores produzem mais artigos de caráter empírico do que teórico; b) existe predominância de pesquisas que tratam de controle e transparência das contas públicas, nas quais representam quase a metade de assuntos pesquisados pelos autores; c) os artigos elaborados por dois autores são os mais habituais; e os autores demonstram preferência por referenciais bibliográficos em suas pesquisas, através da utilização de livros e, em segundo lugar, a predileção fica por conta do uso de artigos.

Sendo ainda mais específicos, Zuccolotto e Riccio (2011) investigaram a produção científica

internacional sobre Transparência e identificaram que a maior parte dos trabalhos foi produzida por autores de universidades americanas e inglesas. No entanto, países como Dinamarca, África do Sul e Holanda também aparecem com produções. Além disso, os autores confirmaram a efetividade das leis bibliométricas e apresentaram a rede social de autores e coautores, identificando como está composta, atualmente, essa rede.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para delinear o perfil das publicações sobre transparência eletrônica em revistas nacionais com Qualis-CAPES, foi realizada uma pesquisa exploratória, por meio de um estudo bibliométrico, com abordagem quantitativa. Para Price (1976), deixando de lado os julgamentos de valor, parece clara a importância de se dispor de uma distribuição que informe o número de autores, trabalhos, revistas que existem em cada categoria de produtividade, utilidade ou o que mais desejamos saber.

Tomando como base o último Qualis (2012) disponibilizado pela CAPES, foram consultadas as revistas nacionais da área Administração, Contabilidade e Turismo, nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, a fim de identificar artigos que abordassem o tema transparência eletrônica. Primeiramente foram consideradas as revistas A1, A2 e B1 (normalmente as mais reconhecidas), do que resultaram 21 artigos. Considerando um número pequeno, o escopo foi ampliado, considerando revistas B2 até B5 para dar um retrato mais exato da produção na área. A busca no sítio eletrônico das revistas foi realizada em setembro de 2012 e considerou os seguintes termos para identificar os artigos: “internet”, “web”, “portal/is”, “virtual/is”, “eletrônico/os/a/as”, “digital/ais”, “transparência”, “prestação de contas”, “participação”, e “*accountability*”.

Após a identificação dos artigos foi feita uma leitura dos resumos para verificar a relação com o tema proposto. Neste sentido, foram selecionados 37 artigos publicados nas seguintes revistas: Cadernos EBAPE.BR; Contabilidade Vista & Revista; Contabilidade, Gestão e Governança; Gestão & Regionalidade; Informação & Sociedade: Estudos; Organizações & Sociedade; Pensar Contábil; Planejamento e Políticas Públicas; Revista Alcance; Revista Catarinense da Ciência Contábil; Revista Contemporânea de Contabilidade; Revista de Administração de Empresas; Revista de Administração Municipal; Revista de Administração Pública; Revista de Contabilidade da UFBA; Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ; Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade; Revista Gestão & Tecnologia; Revista Universo Contábil; e Revista Veracidade. Cabe aqui destacar as edições do Encontro da ANPAD – EnANPAD (áreas de Administração Pública e Administração da Informação), Encontro de Administração da Informação – EnADI, e Encontro da Divisão de Administração Pública – EnAPG, todos promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, que, mesmo não tendo sido consultadas, representam verdadeiros mananciais de produção na área, de onde normalmente os artigos publicados em revistas são originados.

Algumas limitações estão relacionadas às escolhas metodológicas empreendidas. Primeiramente, é possível a existência de outros artigos sobre o tema, publicados nas revistas selecionadas e/ou outras revistas do Qualis-CAPES, e que não foram identificados no estudo. Uma

segunda limitação refere-se ao fato de que algumas publicações foram veiculadas em revistas em que na data de publicação do número a revista ainda não fazia parte do *ranking* do Qualis-CAPEs. A terceira limitação consiste na opção por considerar também o ano de 2012. Acontece que no período de coleta dos dados algumas revistas ainda não haviam publicado todas as edições de 2012, algumas revistas, inclusive, ainda não haviam publicado edições referentes a 2012.

6. Resultados

Os artigos selecionados e considerados para o estudo, conforme critérios destacados na seção anterior, são apresentados no Quadro 1.

Revistas	Artigos
Organizações & Sociedade	RUEDIGER, M. A. Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. Organizações & Sociedade , Salvador, v.9, n. 25, p. 1-15, set/dez 2002.
	CUNHA, M. A. V. C. da; SANTOS, G. S. dos. O uso dos meios eletrônicos no relacionamento do parlamentar com o cidadão nos municípios brasileiros. Organizações & Sociedade , Salvador, v.12, n. 35, p. 1-21, out/dez 2005.
	PROCOPIUCK, M.; FREY, K. Articulações organizacionais em redes de políticas públicas no ciberespaço: o caso da política de difusão social de TICS em Porto Alegre e Curitiba. Organizações & Sociedade , Salvador, v.16, n. 51 p. 687-706, out/dez 2009.
Revista de Administração de Empresas	MEDEIROS, P. H. R.; GUIMARÃES, T. de A. A institucionalização do governo eletrônico no Brasil. Revistas de Administração de Empresas , São Paulo, v. 46, n. 4, p. 1-13, out/dez. 2006.
	LAIA, M. M. de; CUNHA, M. A.; NOGUEIRA, A. R. R.; MAZZON, J. A. Políticas de governo eletrônico no Brasil: contexto, gestão de tic e resultados. Revista de Administração de Empresas , São Paulo, v.51, n. 1, p. 43-57, jan-fev. 2011.
	PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia na realidade brasileira. Revista de Administração de Empresas , São Paulo, v.51, n. 1, p. 98-106, jan-fev. 2011.
Revista de Administração Pública	PINHO, J. A. G. de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. Revista Administração Pública , Rio de Janeiro, v.42, n. 3, p. 471-493, maio/jun. 2008.
	FREIRE, A. P., CASTRO; M. de; FORTES, R. P. de M. Acessibilidade dos sítios web dos governos estaduais brasileiros: uma análise quantitativa entre 1996 e 2007. Revista Administração Pública , Rio de Janeiro, v.43, n. 2, p.395-414, mar/abr. 2009.
	CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. de S.; SILVA, L. M. da; MACEDO, A. da S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir das homepages dos grandes municípios brasileiros. Revista Administração Pública , Rio de Janeiro, v.46, n. 1, p. 153-176, jan/fev. 2012.
	JOIA, L. A. Governo eletrônico e capital intelectual nas organizações públicas. Revista Administração Pública , Rio de Janeiro, v.43, n. 6, p.1379-1405, nov/dez. 2009.
	DINIZ, E. H.; BARBOSA, A. F.; JUNQUEIRA, A. R. B.; PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. Revista Administração Pública , Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 23-48, jan/fev. 2009.
	REZENDE, D. A. Planejamento de informações públicas municipais: sistemas de informação e de conhecimento, informática e governo eletrônico integrados aos planejamentos das prefeituras e municípios. Revista Administração Pública , Rio de Janeiro, v.41, n. 3, p. 505-536, maio/jun. 2007.
	AKUTSU, L.; PINHO J. A. G. de. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. Revista Administração Pública , Rio de Janeiro, v.36, n. 5, p.723-745, set/out. 2002.

Cadernos EBAPE.BR	RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. de. Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. Cadernos EBAPE.BR , Rio de Janeiro, v.9, n. 1, p. 116-138, mar. 2011.
	MEDEIROS, P. H. R.; GUIMARÃES, T. de A. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. Cadernos EBAPE.BR , Rio de Janeiro, v.3, n. 4, p. 01-18, dez. 2005.
Contabilidade Vista & Revista	NETO, O. A. P.; CRUZ, F. da; ENSSLIN, S. R., ENSSLIN, L. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência destes princípios na administração pública brasileira. Revista Contabilidade Vista & Revista , Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./mar. 2007.
Informação & Sociedade: Estudos	SANTOS, J. C. S.; SILVA, R. R. G. Governo eletrônico e participação política nos websites dos deputados da Assembléia Legislativa do estado da Bahia. Informação & Sociedade: Estudos , João Pessoa, v.21, n.1, p. 215-224, jan./abr. 2011.
	BORGES, J.; SILVA, H. P. Democracia eletrônica e competência informacional. Informação & Sociedade: Estudos , João Pessoa, v.16, n.1, p. 168-178, jan/jun. 2006.
	ALONSO, L. B. N.; FERNEDA, E.; BRAGA, L. V. Governo eletrônico e políticas públicas: análise sobre o uso da certificação digital no Brasil. Informação & Sociedade: Estudos , João Pessoa, v.21, n. 2, p. 13-24, maio/ago. 2011.
Revista Universo Contábil	AGOSTINETO, R. C.; RAUPP, F. M. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos: um estudo em câmaras municipais da grande Florianópolis. Revista Universo Contábil , Blumenau, v.6, n. 3, p. 64-79, jul/set. 2010.
	SILVA, R. A. da; SILVA, E. P. de la S.; ADRIANO, N. de A.; GALAZZI, G. A. A contabilidade governamental e os sistemas de informações gerenciais do governo federal brasileiro como instrumentos de controle social: a disponibilização das informações orçamentárias e financeiras pela internet. Revista Universo Contábil , Blumenau, v. 3, n. 2, p. 73-86, maio/ago. 2007.
Contabilidade, Gestão e Governança	CRUZ, C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro. Contabilidade, Gestão e Governança , Brasília, v.12, n. 3, p. 102-115, set/dez. 2009.
Gestão & Regionalidade	FUNAI, M. T.; REZENDE, D. A. Governo eletrônico na gestão municipal: avaliação dos serviços eletrônicos da prefeitura de São José dos Pinhais (PR). Gestão & Regionalidade , São Caetano do Sul, v.27, n. 80, p. 15-29, maio/ ago. 2011.
Pensar Contábil	RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. de. Portais eletrônicos de câmaras localizadas em pequenos municípios catarinenses: murais eletrônicos ou promotores de construção da prestação de contas, transparência e participação? Revista Pensar Contábil , Rio de Janeiro, v.14, n. 53, p. 35-44, jan/abr. 2012.
Planejamento e Políticas Públicas	SAMPAIO, R. C. Governança eletrônica no Brasil: limites e possibilidades introduzidos pelo orçamento participativo na internet. Planejamento e Políticas Públicas , Brasília, v.1, n. 33, p. 123-144, jul/dez. 2009.
Revista Alcance	PRADO, O.; LOUREIRO, M. R. G. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. Revista Alcance , Itajaí, v.13, n. 3, p. 355-372, set/dez 2006.
Revista Contemporânea de Contabilidade	NETO, O. A. P.; CRUZ, F. da; VIERA, A. L. Transparência das contas públicas: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade na UFSC. Revista Contemporânea de Contabilidade , Florianópolis, v.1, n. 5, p. 135-146, jan/jun. 2003.
	KEUNECKE, L. P.; TELES, J.; FLACH, L. Práticas de accountability: uma análise do índice de transparência nos municípios mais populosos de Santa Catarina. Revista Contemporânea de Contabilidade , Florianópolis, v.8, n.16, p. 153-174, jul/dez. 2011.
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	SANTANA JUNIOR, J. J. B. de. Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade , Brasília, v. 3, n. 3, p. 62-84, set/dez. 2009.
Revista Gestão & Tecnologia	ALVES, M. V. C.; DUFLOTH, S. C. Portais eletrônicos de compras da administração pública: contribuição para avaliação da governança eletrônica no Brasil. Revista Gestão & Tecnologia , Pedro Leopoldo, v.8, n. 1, p. 1-19, jan/jul.

Revista Catarinense da Ciência Contábil	ALLEGRETTI, D. dos S.; PLATT NETO, O. A. Funcionalidades, limitações e potencialidades do portal da transparência do estado do Rio Grande do Sul. Revista Catarinense da Ciência Contábil , Florianópolis, v.9, n. 26, p. 79-95, abr/jul. 2010.
Revista de Contabilidade da UFBA	SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A. G. de. Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. Revista de Contabilidade da UFBA , Salvador, v.1, n. 1, p. 1-14, jan. 2008.
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. de. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de Câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a lei da transparência. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ , Rio de Janeiro, v.16, n. 3, p. 123-144, set/dez. 2009.
Revista de Administração Municipal	ABREU, J. C. A. de. Administração Pública, democracia participativa e Internet: uma análise sobre os portais da região das Agulhas Negras/RJ. Revista de Administração Municipal , Rio de Janeiro, mar. 2010.
	RISSARDO, A. Governo eletrônico: agilidade, transparência e interatividade ao alcance das prefeituras. Revista de Administração Municipal , Rio de Janeiro, jul. 2004.
	SOUZA, M. A.de; SANTOS, J. C. dos. O Portal Rio Transparente: um sistema de informações para o controle público do orçamento da cidade do Rio de Janeiro. Revista de Administração Municipal , Rio de Janeiro, set. 2008.
Revista Veracidade	PINHO, J. A. G. de. Internet, governo eletrônico, sociedade e democracia no Brasil: algumas questões básicas. Revista VeraCidade , Salvador, v.3, n.3, p.1-20, maio 2008.

Quadro 1: Artigos sobre transparência eletrônica em revistas nacionais Qualis-CAPES

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

O estudo não se restringiu aos artigos cujo conceito de transparência estivesse relacionado à gestão fiscal dos recursos públicos, ainda que parte da literatura do campo faça tal consideração. Conforme o Quadro 1, foram selecionados artigos que travaram discussões sobre a transparência dos atos dos gestores públicos de maneira geral. Os artigos evidenciados constituem-se na base de dados utilizada para construir o perfil das publicações sobre transparência eletrônica em revistas nacionais. A partir dos artigos selecionados para o estudo, fez-se a contagem do número de artigos em revistas Qualis-CAPES e o ano de publicação. Os resultados são apresentados por meio da Tabela 1.

Tabela 1: Número de artigos encontrados nas revistas e o ano de publicação

Revista	Qualis-CAPES	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Organizações & Sociedade	A2	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	3
Revista de Administração de Empresas	A2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	3
Revista de Administração Pública	A2	1	0	0	0	0	1	1	3	0	0	1	7
Cadernos EBAPE.BR	B1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
Contabilidade Vista & Revista	B1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Informação & Sociedade: Estudos	B1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	3
Revista Universo Contábil	B1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2
Contabilidade, Gestão e Governança	B2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Gestão & Regionalidade	B3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

Pensar Contábil	B3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Planejamento e Políticas Públicas	B3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Revista Alcance	B3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Revista Contemporânea de Contabilidade	B3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	B3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Revista Gestão & Tecnologia	B3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Revista Catarinense da Ciência Contábil	B4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Revista de Contabilidade da UFBA	B4	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	B4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Revista de Administração Municipal	B5	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	3
Revista Veracidade	B5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total		2	1	1	2	3	3	5	8	3	7	2	37

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Na análise individual por revista, o maior número de publicações foi identificado na Revista de Administração Pública, com sete artigos publicados. Considerando a classificação Qualis-CAPES, a maior ocorrência foi no extrato A2 (Organizações & Sociedade; Revista de Administração de Empresas; Revista de Administração Pública), com treze publicações. Na análise por ano, os anos com o maior número de publicações foram 2009 e 2011, respectivamente com oito e sete artigos, correspondendo a 40,54% do total de publicações.

A maioria das publicações sobre o tema é recente, revelando um quadro de produção científica ainda em construção. Mesmo não tendo sido objeto de investigação da pesquisa, cabe aqui destacar que muitos artigos, provavelmente, foram apresentados anteriormente em Eventos (Encontros, Congressos, Simpósios etc.) e que levam determinado tempo para serem publicados em periódicos.

Após a identificação do número de artigos por revista e o respectivo ano de publicação, foram identificadas questões mais específicas que pudessem ajudar a explicar como ocorreu a elaboração destes artigos. Para tanto, primeiramente foi analisado o número de autores em cada um dos artigos selecionados. A Tabela 2 apresenta as frequências absolutas e relativas do número de autores por artigo.

Tabela 2: Quantidade de autores por artigo

Número de autores	Número de artigos	%
Um autor	10	27,02
Dois autores	17	45,96
Três autores	5	13,51
Quatro autores	5	13,51
Total	37	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Segundo dados da Tabela 2, os artigos produzidos por dois autores representam 45,96% dos artigos da população investigada, enquanto os trabalhos elaborados por um único autor representaram 27,02% do total. Os dados também mostram que 27,02% do total dos artigos continham três ou quatro autores. Se for considerado que os artigos com dois ou mais autores, que

podem demonstrar a construção de um conhecimento de forma conjunta, este total perfaz 72,98% de trabalhos.

Além da quantidade de autores por artigo, buscou-se também identificar quem eram esses autores, bem como os respectivos vínculos institucionais. O *ranking* dos autores é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Ranking dos autores com publicações sobre transparência eletrônica

Autores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
José Antonio Gomes de Pinho	1	0	0	0	0	0	3	1	0	2	1	8
Fabiano Maury Raupp	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	4
Orion Augusto Platt Neto	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	3
Cláudia Ferreirada Cruz	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Lino Martins da Silva	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
Maria Alexandra V. C. da Cunha	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
Otávio Prado	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	
Paulo Henrique Ramos Medeiros	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1
Tomás de Aquino Guimarães	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	
Agnes Rissardo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Alexandre Fernandes Barbosa	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Alvares da Silva Macedo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Alvaro Ribeiro Botelho Junqueira	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Ana Rita Silva Sacramento	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
André Pimenta Freire	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Araceli Cristina de Souza Ferreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Antônio Roberto Ramos Nogueira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
Audí Luiz Vieira	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Daiane Dos Santos Allegretti	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
Denis Alcides Rezende	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Edilson Fereda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
Eduardo Henrique Diniz	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Edwin Pinto de La Sota Silva	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	
Flávio da Cruz	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Geraldo Antônio Galazzi	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	
Ghabryelle Schwarzbach dos Santos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Helena Pereira Silva	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
Jairo Campos dos Santos	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
João Teles	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
José Afonso Mazzon	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
José Carlos Sales Santos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
Jorge José Baros de Santana Junior	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Júlio Cesar Andrade de Abreu	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
Jussara Borges	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Klaus Frey	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Lamartine Vieira Braga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Leonardo Ensslin	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	
Leonardo Flach	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Lucas Peter Keunecke	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
Luiz Akutsu	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Luiz Antonio Joia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Luiza Beth Nunes Alonso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Marcio Takeo Funai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
Marco Aurélio Ruediger	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Marconi Martins de Laia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
Marcos Aguiar de Souza	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Marcus Vinícius Chevitereze Alves	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	

Maria Rita Garcia Loureiro	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Mário de Castro	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Mario Procopiuck	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Nayana de Almeida Adriano	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Rafael Cardoso Sampaio	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Raquel Crestani Agostineto	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Renata Pontin de Mattos Fortes	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Romildo Araújo da Silva	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Rubens Ribeiro Gonçalves Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Ruthberg Santos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Sandra Rolim Ensslin	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Simone Cristina Dufloth	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Os autores mais prolíficos e o respectivo vínculo institucional foram, em ordem decrescente: *oito publicações*: José Antonio Gomes de Pinho (Universidade Federal da Bahia); *quatro publicações*: Fabiano Maury Raupp (Universidade do Estado de Santa Catarina); *três publicações*: Orion Augusto Platt Neto (Universidade Federal de Santa Catarina); *duas publicações*: Cláudia Ferreira da Cruz (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Lino Martins da Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); Maria Alexandra V. C. da Cunha (Pontifícia Universidade Católica do Paraná); Otavio Prado (Prefeitura Municipal de São Paulo); Paulo Henrique Ramos Medeiros (Tribunal de Contas da União); Tomás de Aquino Guimarães (Universidade de Brasília). O vínculo institucional foi obtido mediante consulta ao currículo lattes dos autores (www.cnpq.br). Os dados também revelam a predominância do sexo masculino na autoria dos artigos, visto que, do total de 77 autores, 59, ou seja, 76,62% foram do sexo masculino e 18, isto é, 22,38%, do sexo feminino. Além disso, constata-se que a Universidade Federal da Bahia é atualmente a universidade que apresenta o maior número de publicações sobre o tema.

Nesse aspecto também foi analisada a efetividade da lei de Lotka, que trata da produtividade dos cientistas, descrita por Lotka em 1926 e aperfeiçoada por Price em 1971, e que identificou que uma larga proporção da literatura científica é produzida por um pequeno número de autores, enquanto um grande número de pequenos produtores se iguala em número de produção. Em suma, essa lei definiu que 1/3 da literatura é produzida por menos de 1/10 dos autores mais produtivos (ARAÚJO, 2006).

Para constatar a efetividade da lei de Lotka, efetuou-se a contagem dos autores com mais de um artigo e com apenas um artigo, bem como a quantidade de artigos produzidos pelos mesmos. Nesse sentido, foram contados 77 autores e 37 artigos, constatando-se que 12 trabalhos (ou 1/3 da literatura analisada) foram produzidos por 3 autores, ou seja, menos que 1/10 dos autores (que representaria 7 autores).

Também se buscou a contagem dos autores mais referenciados. A contagem foi realizada com o auxílio do software *Hermetic Word Frequency Counter Advanced Version 13.79*, bem como das planilhas eletrônicas Microsoft Excel 2007. Para efetuar a contagem do autor mais referenciado considerou-se apenas o primeiro autor do trabalho e as legislações referenciadas não foram consideradas. Conforme se observa na Tabela 4, o autor mais referenciado foi José Antônio Gomes de Pinho, o qual apareceu como primeiro autor nas referências de 21 trabalhos. Importante notar,

também, que apenas um autor, dos treze evidenciados, ou seja, Antônio Carlos Gil, não se refere à área de ciência política, administração pública ou ciência da informação, porém, é um autor da área de metodologia da pesquisa, e por isso aparece em vários artigos.

Tabela 4: Autores mais referenciados

Ordem	Autor referenciado	Frequência
1	PINHO, José Antônio Gomes de	21
2	AKUTSU, Luiz	16
3	REZENDE, Denis Alcides	16
4	RUEDIGER, Marco Aurélio	14
5	CASTELLS, Manuel	12
6	FREY, Klaus	12
7	CUNHA, Maria Alexandra	11
8	O'DONNELL, Guillermo	9
9	CAMPOS, Anna Maria	8
10	DINIZ, Eduardo Henrique	7
11	GIL, Antônio Carlos	7
12	PRADO, Otavio	7
13	SCOTT, W. R.	7

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Destaca-se, mesmo que José Antônio Gomes de Pinho tenha sido o autor mais referenciado, o trabalho mais referenciado foi “Sociedade da informação, accountability e democracia delegada: investigação em portais de governo no Brasil” de Luiz Akutsu e José Antônio Gomes e Pinho, que apareceu nas referências 9 vezes, conforme se observa na Tabela 5.

Tabela 5: Trabalhos mais referenciados

Autor	Referência	Frequência	Gênero
AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antônio Gomes de	AKUTSU, L.; PINHO J. A. G. de. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. Revista Administração Pública , Rio de Janeiro, v.36, n. 5, p.723-745, set/out. 2002.	9	Artigo de Periódico
CAMPOS, Anna Maria	CAMPOS, Ana Maria. <i>Accountability</i> : quando poderemos traduzi-la para o português? <i>Revista de Administração Pública</i> . Rio de Janeiro, ano 24, n.2, p.30-50, fev./abr. 1990.	7	Artigo de Periódico
O'DONNELL, Guillermo	O'DONNELL, G. Democracia delegativa? Novos Estudos , São Paulo, n. 31, p.25-40, out. 1991.	6	Livro
PRADO, Otavio	PRADO, O. <i>Governo eletrônico e transparência</i> : a publicização das contas públicas das capitais brasileiras. 2004. 180 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2004.	5	Dissertação
PINHO, José Antônio Gomes de; IGLESIAS, Diego; SOUZA, Ana Carolina P. de	PINHO, J. A. G.; IGLESIAS, D.; SOUZA, A. C. Portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia e pouca democracia. In: EnANPAD, XXX. Salvador, 2006. Anais... Rio de Janeiro, ANPAD, 2006.	4	Artigo de Congresso
RUEDIGER, Marco Aurélio	RUEDIGER, M. A. Governo eletrônico ou governança eletrônica: conceitos alternativos no uso das tecnologias de informação para o provimento de acesso cívico aos mecanismos de governo e da reforma do Estado. VII Congresso del CLAD – Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento, Caracas, 2002.	4	Artigo de Congresso

RUEDIGER, Marco Aurélio	RUEDIGER, M. A. Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. Revista Organizações & Sociedade , Salvador, v.9, n. 25, p. 1-15, set/dez 2002.	4	Artigo de Periódico
-------------------------	--	---	---------------------

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Assim como os trabalhos mais referenciados, também procurou-se identificar os temas utilizados na construção do referencial dos artigos a fim de verificar o suporte teórico que serviu para dar sustentação aos objetos de estudo. Os temas e as ocorrências (absoluta e percentual) são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6: Temas abordados na fundamentação teórica dos artigos

Tema	Ocorrência	%
Governo eletrônico	18	14,13
Transparência	13	10,87
Tecnologia da informação e comunicação	10	9,78
Democracia	9	8,70
<i>Accountability</i>	8	8,70
Participação	8	5,43
Prestação de contas	5	4,35
Governança eletrônica	4	4,35
Políticas públicas	4	3,26
Portais eletrônicos	3	2,17
Democracia eletrônica	2	2,17
Sociedade da informação	2	6,52
Outros	6	14,13
Total	92	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Conforme mostra a Tabela 6, o tema mais recorrente nos artigos selecionados foi governo eletrônico, com 14,13%. Essa constatação tem respaldo na Tabela 5, considerando que o tema central dos trabalhos mais referenciados, evidenciado nos títulos, é governo eletrônico. O tema transparência, objeto empírico da presente pesquisa, tem a segunda posição, com 10,87%. Considerando a ordem decrescente de ocorrência dos temas aparecem, na sequência, tecnologia da informação e comunicação, democracia, *accountability* e participação. Os temas menos recorrentes foram: prestação de contas, governança eletrônica, políticas públicas, portais eletrônicos, democracia eletrônica e sociedade da informação.

Considerando os temas governo eletrônico e transparência os mais recorrentes na fundamentação teórica dos artigos, buscou-se, por meio de leitura dos trabalhos, verificar a forma como esses temas apareceram e foram explorados pelos respectivos autores. Em relação ao governo eletrônico, fica evidente a presença de duas perspectivas: restrita e ampliada. Para Pinho (2008), a perspectiva restrita contempla sistemas online em termos de produtos e serviços, o que implica na melhoria de informações com impactos positivos na vida dos cidadãos e de empresas que demandam serviços governamentais. A forma ampliada de governo eletrônico não nega as conquistas da forma restrita, mas passa a considerar duas frentes interconectadas: por um lado, um Estado mais responsivo, aberto à participação da sociedade e transparente e, por outro, considera um papel protagonista da sociedade civil, atribuindo a essas possibilidades, por intermédio dos cidadãos e/ou de movimentos sociais, de checar, aferir, controlar o governo (de maneira mais geral, o

próprio Estado) e, ainda, de assumir um papel propositivo.

Em relação à transparência, observou-se o uso constante do termo para fundamentar as exigências do ponto de vista legal, ainda que, segundo Prado (2004), esse processo não deve se restringir a questões legais, mas ser constituído de uma etapa mais avançada de análise, na qual, além de verificar a disponibilidade de informações, se observa a existência de justificativa das contas apresentadas.

Outro intento a partir da leitura dos artigos foi o de identificar as teorias que foram utilizadas nos trabalhos. Contudo, conforme observado, poucos são os trabalhos que deixam explícitas as teorias de base utilizadas para dar sustentação ao objeto de investigação. Cita-se, como exemplo, o trabalho mais referenciado "Sociedade da informação, *accountability* e democracia delegada: investigação em portais de governo no Brasil", em que os autores utilizam o patrimonialismo e a democracia delegativa enquanto teorias que podem explicar os resultados obtidos com o estudo.

7. CONCLUSÕES

O estudo teve por objetivo investigar as publicações sobre transparência eletrônica em revistas nacionais com Qualis-CAPES. Os primeiros trabalhos foram publicados em 2002, sendo este o ano de partida para a pesquisa. O último ano analisado foi o de 2012 que, devido ao período de análise, foi considerado parcialmente, pois nem todas as edições haviam sido publicadas. Dos poucos artigos identificados, foi encontrada uma concentração de publicações em 2008, 2009 e 2011, com 5, 8 e 7 artigos, respectivamente. É possível arriscar que uma das explicações para essa concentração se deve às recentes regulamentações que exigem a publicização dos atos governamentais. Somado a isso, o tema faz parte de discussões atuais trazidas pela mídia televisada e escrita, bem como a pressão da sociedade civil, representada principalmente por ONGs constituídas com o objetivo de acompanhar a aplicação de recursos públicos. Cabe destacar, porém, que em função do tempo necessário para publicação dos escritos (envio do trabalho, avaliação dos pares, possibilidade de revisões no texto), certamente estes trabalhos foram elaborados em anos anteriores.

Uma segunda concentração observada refere-se ao número de artigos em Revistas A2, com destaque, como era de se esperar em razão da linha editorial, para a *Revista de Administração Pública*, com sete artigos. Fora do extrato A2, cabe mencionar a revista *Informação & Sociedade: Estudos*, classificada com B1, com três artigos, e a *Revista de Administração Municipal*, classificada com B5, também com três artigos. Mesmo sendo observada uma concentração de artigos em relação à autoria dos trabalhos, essa concentração não guarda relação com as revistas com o maior número de artigos publicados, ou seja, os autores que mais publicaram não concentraram suas publicações nas revistas com o maior número de artigos. Assim, os autores que mais publicaram têm buscado diferentes periódicos para divulgar os trabalhos. Em termos de autoria, a maioria, cinquenta, publicou somente um artigo. Com dois artigos publicados foram identificados seis autores. Somente três autores publicaram três ou mais artigos. Isso demonstra que poucos são os autores que persistem nesta temática e dão continuidade às pesquisas sobre transparência eletrônica. Essa característica,

ou seja, poucos autores que mantêm uma linha de pesquisa sobre o tema, também ajuda a explicar o reduzido número de artigos que foram identificados em períodos nacionais Qualis-CAPES. Como consequência da concentração de autoria, há também a concentração em Instituições de Ensino Superior.

Também foram identificados os autores e trabalhos mais referenciados. As constatações aqui realizadas ratificam as ocorrências de temas utilizados na construção do referencial dos artigos. Assim, infere-se que os resultados do presente estudo poderão subsidiar a construção de uma agenda de pesquisa para o campo, aspecto este que o estudo não contemplou. De modo geral, percebe-se que há muito que ser pesquisado sobre o tema, abrindo um leque de oportunidades de estudos, teóricos e/ou empíricos, para pesquisadores que pretendem contribuir com esta temática da Administração Pública.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. B. N.; FERNEDA, E.; BRAGA, L. V. Governo eletrônico e políticas públicas: análise sobre o uso da certificação digital no Brasil. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.21, n. 2, p. 13-24, maio/ago. 2011.

ALBUQUERQUE, C. M.; MEDEIROS, M. B.; FEIJÓ, P. H. *Gestão de finanças públicas*. Brasília: Outras Editoras, 2006.

ARAÚJO, C.A. *Bibliometria: evolução histórica e questões atuais*. *Revista em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal. *Lei Complementar n° 101, de 04 de Maio de 2000*. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei da Transparência. *Lei Complementar n° 131, de 27 de Maio de 2009*. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2009.

BRASIL. *Lei de Acesso a Informações Públicas. Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2011.

CARDOSO, Ricardo Lopes; MENDONÇA NETO, Otávio Ribeiro; RICCIO, Edson Luiz;

SAKATA, Marici Cristine Gramacho. *Pesquisa científica em Contabilidade entre 1990 e 2003*. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v. 45, p. 34-45, abr/jun. 2005.

CUNHA, M. A. V. C. da; SANTOS, G. S. dos. *O uso dos meios eletrônicos no relacionamento do parlamentar com o cidadão nos municípios brasileiros*. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v.12, n. 35, p. 1-21, out/dez 2005.

CRUZ, Cláudia Ferreira da Cruz; FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins da; MACEDO, DA SILVA, Marcelo Álvaro. *Um estudo empírico sobre a transparência da gestão pública dos grandes municípios brasileiros*. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 4., 2010, Vitória. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

DAHL, Robert A. *Poliarchy: participation and opposition*, New Haven: Yale University Press, 1971.

DINIZ, E. H.; BARBOSA, A. F.; JUNQUEIRA, A. R. B.; PRADO, O. *O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise*. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 23-48, jan/fev. 2009.

FOX, J. *Government transparency and policymaking*. *Public Choice*, v. 131, n. 1, p.

23- 44, Apr. 2007

GRIGORESCU, Alexandru. *International organizations and government transparency: Linking the international and domestic realms*. *International Studies Quarterly*. v. 47, n. 4, p. 643-667, Dec. 2003.

ESPEJO, Márcia M. S. B. et al. *Estado da arte em pesquisa contábil: um estudo bibliométrico em periódicos nacional e internacionalmente veiculados entre 2003 e 2007*. *Revista de Informação Contábil*. Pernambuco, v. 3, n. 3, p. 94-116, jul./set.2009.

FADUL, Élvia; SILVA, Lindomar Pinto da; CERQUEIRA, SANTOS, Lucas. *Análise do campo da administração pública através da produção científica publicada nos anais dos EnAPGs*. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 16, n. 59, jul./dez. 2011.

FONSECA, Edson Nery Da. *Bibliometria: teoria e prática*. São Paulo: Cultrix, Ed. da USP, 1986.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. *Código de boas práticas para a transparência fiscal (2007)*. Disponível em <http://www.imf.org/external/np/fad/trans/por/codep.pdf>. Acesso em 04 dez. 2012.

LAIA, M. M. de; CUNHA, M. A.; NOGUEIRA, A. R. R.; MAZZON, J. A. *Políticas de governo eletrônico no Brasil: contexto, gestão de tic e resultados*. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.51, n. 1, p. 43-57, jan./fev. 2011.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. *Padrões de produtividade de autores em periódicos de congressos na área de Contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6, 2006. *Anais...* São Paulo: USP, 2006.

LOUREIRO, M. R.; TEIXEIRA, M. A. C.; PRADO, O. *Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas*. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 47, art. 6, p. 107-119, 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade; SILVA, COSTA, Renata Bernardeli. *Plataforma teórica – trabalhos do 3º e 4º congressos USP de Controladoria e Contabilidade: um estudo bibliométrico*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo, USP, 2005.

MEDEIROS, P. H. R.; GUIMARÃES, T. de A. *A institucionalização do governo eletrônico no Brasil*. *Revistas de Administração de Empresas Eletrônica*, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 1-13, out/dez. 2006.

MENDONÇA NETO, Otávio Ribeiro; CARDOSO, Ricardo Lopes; RICCIO, Edson Luiz;

SAKATA, Marici Cristine Gramacho. G. *Estudo sobre as publicações científicas em Contabilidade: uma análise de 1990 até 2003*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 28. 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba, ENANPAD, 2004.

MICHENER, Greg.; BERSCH, Katherine. *Conceptualizing the Quality of Transparency*. IN: Global Conference on Transparency (May) 2011. Disponível em http://gregmichener.com/Conceptualizing_the_Quality_of_Transparency--Michener_and_Bersch_for_Global_Conference_on_Transparency.pdf. Acesso em 02/02/2013.

MURCIA, Fernando D.; BORBA, José Alonso. *Possibilidade de inserção da pesquisa contábil brasileira no cenário internacional: uma proposta de avaliação dos periódicos científicos de Contabilidade e Auditoria publicados em língua inglesa e disponibilizados no portal de periódicos da CAPES*. *Revista Contabilidade & Finanças*. São Paulo, v. 46, p. 30-43, jan./abr. 2008.

PRADO, O.; LOUREIRO, M. R. G. *Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras*. *Revista Alcance*, Itajaí, v.13, n. 3, p. 355-372, set/dez 2006.

PINHO, J. A. G. de. *Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia,*

pouca democracia. Revista Administração Pública, Rio de Janeiro, v.42, n. 3, p. 471-493, maio/jun. 2008.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, A. R. *Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal? um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador*. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, I, 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

PINHO, José Antonio Gomes de; IGLESIAS, Diego Moura; SOUZA, Ana Carolina Pereira de. *Governo eletrônico, transparência, accountability e participação: o que portais de governos estaduais no Brasil mostram*. In: ENCONTRO DA ANPAD, 29., 2005, Brasília. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

PIRES, Valdemir; TIBALI, Luiz Ricardo; SOUZA, Mariana Carneiro de. *Transparência orçamentária municipal via web (TOM Web) após a Lei Complementar 131/09: os casos da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo – 2010*. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 4., 2010, Vitória. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

PRADO, O. *Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras*. 2004. 180 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2004.

PRICE, Derek de Solla. *O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PRZEWORSKI, Adan; STOKES, Susan C.; MANIN, Bernard. *Democracy, accountability and representation*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. de. *Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina*. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.9, n. 1, p. 116-138, mar. 2011.

ROZA, Mariana Costa da; MACHADO, Débora Gomes; QUINTANA, Alexandre Costa. *Análise bibliométrica da produção científica sobre contabilidade pública no Encontro de Administração Pública e Governança (EnAPG) e na Revista de Administração Pública (RAP), no período 2004-2009*. ConTexto, Porto Alegre, v. 11, n. 20, p. 59-72, jan-jun. 2011.

RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho; CARASTAN; Jacira T. *A Pesquisa contábil nas universidades brasileiras [1962-1999]*. Caderno de Estudos (FEA/USP), São Paulo, p. 35-44, 1999.

RUEDIGER, M. A. *Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública*. Organizações & Sociedade, Salvador, v.9, n. 25, p. 1-15, set/dez 2002.

SCHOMMER, P. C.; DAHMER, J., SPANIOL, E. L. *Controle Social no Brasil – Estadocêntrico ou Sociocêntrico? Evidências da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, Consocial*. Administração Pública e Gestão Social, v.6, n.1, p.35-47, jan/mar 2014.

SILVA, L. M. *Contabilidade governamental: um enfoque administrativo*. São Paulo: Atlas, 2008.

SUZAT, Janilson Antonio da Silva. *Ser ou não ser independente? um estudo exploratório sobre a independência das Instituições Superiores de Auditoria e o nível de transparência fiscal dos países*. In: ENCONTRO DA ANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

THEÓPHILO, Carlos Renato; IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Uma análise crítico-epistemológica da produção científica em Contabilidade no Brasil*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-

GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 29, 2007, Distrito Federal. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

ZUCCOLOTO, Robson; RICCIO, Edson Luiz. *Characteristics of scientific production on Governmental Transparency Published in International Journals*. In: International Conference on Information Systems and Technology Management (CONTECSI) 9, 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2012.

ZURRA, R. J. O.; CARVALHO, M. A. *O E-Legislativo como ferramenta de transparência na administração pública brasileira*. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3., 2008, Salvador. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.